

Demonstrações Financeiras

Apollo 15 Participações S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Apollo 15 Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Apollo 15 Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Apollo 15 Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O


Francisco F. A. Noronha Andrade
CRC-PE-026317/O

Apollo 15 Participações S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	151	55
Tributos a recuperar		9	8
Dividendos a receber	5	513	2.613
Total do ativo circulante		<u>673</u>	<u>2.676</u>
Investimentos em Companhias	5	68.251	75.244
Total dos investimentos		<u>68.251</u>	<u>75.244</u>
Total do ativo		<u>68.924</u>	<u>77.920</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores		1	1
Obrigações tributárias		-	1
Total do passivo circulante		<u>1</u>	<u>2</u>
Passivo Não circulante			
Tributos diferidos	9	8.903	8.903
Dividendos a pagar	6	61	-
Total do passivo não circulante		<u>8.964</u>	<u>8.903</u>
Patrimônio líquido	6		
Capital social		54.656	64.506
Reservas de lucros		5.303	4.509
Total do patrimônio líquido		<u>59.959</u>	<u>69.015</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>68.924</u>	<u>77.920</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apollo 15 Participações S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	7	(153)	(115)
Resultado da equivalência patrimonial	5	6.457	12.572
Lucro operacional antes do resultado financeiro		6.304	12.457
Resultado financeiro	8		
Receitas financeiras		4	6
Despesas financeiras		(4)	(1.465)
Total Resultado Financeiro		-	(1.459)
Lucro líquido do exercício		6.304	10.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apollo 15 Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	6.304	10.998
Total do resultado abrangente do exercício	6.304	10.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apollo 15 Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		64.506	-	1.449	6.102	-	-	72.057
Dividendos distribuídos	6	-	-	-	(6.102)	-	(7.938)	(14.040)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	10.998	10.998
Reserva legal	6	-	-	550	-	-	(550)	-
Reserva de retenção de lucros	6	-	-	-	2.510	-	(2.510)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		64.506	-	1.999	2.510	-	-	69.015
Redução de capital	6	(9.850)	-	-	-	-	-	(9.850)
Dividendos distribuídos	6	-	-	-	(2.510)	-	(2.939)	(5.449)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	6.304	6.304
Reserva legal	6	-	-	315	-	-	(315)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	6	-	-	-	-	-	(61)	(61)
Dividendos adicionais propostos	6	-	-	-	-	2.989	(2.989)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		54.656	-	2.314	-	2.989	-	59.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apollo 15 Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		6.304	10.998
Itens que não afetam as disponibilidades			
Resultado da equivalência patrimonial	5	(6.457)	(12.572)
		(153)	(1.574)
Aumento dos ativos operacionais			
Tributos a recuperar		-	(1)
		-	(1)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores		-	(5)
Obrigações tributárias		(1)	-
		(1)	(5)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(154)	(1.580)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos recebidos	5	15.550	19.044
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		15.550	19.044
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Redução de capital	6	(9.850)	(3.693)
Dividendos pagos	6	(5.450)	(14.040)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(15.300)	(17.733)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		96	(269)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		55	324
No fim do exercício		151	55
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		96	(269)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Apollo 15 Participações S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, conjunto 301, bairro Jardim Paulistano, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01452-000. A Companhia foi constituída em 05/02/2018, sob a denominação de Oblak Participações S/A, tendo por objeto social a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital.

Em Março de 2019 a Companhia foi adquirida pelo CSHG Perfin Apollo 15 Fundo de Investimentos em Participações - IE e passou a denominar-se Apollo 15 Participações S/A.

A Companhia é controlada pela CSHG Perfin Apollo 15 Fundo de Investimentos em Participações - IE, que detém 100% do capital social da Companhia.

A Apollo 15 Participações S.A. tem participação acionária em uma Companhia brasileira concessionária de prestação de serviços público de transmissão de energia (“Investida”), abaixo discriminada.

TME -Transmissora Matogrosense de Energia - Sediada na Av Miguel Sutil, 8.695 - 2º andar, Sala 1, Cuiabá, Mato Grosso, cep 78040-365, com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica através do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 023/2009 - ANEEL, de 19 de novembro de 2009, que foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste no desenvolvimento de infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 348 km, com origem na Subestação Jauru, localizada no Estado de Mato Grosso e término na Subestação Cuiabá, localizada no Estado de Mato Grosso, pela Subestação Jauru em 500/230 kV - 750 MVA.

Em 19 de novembro de 2011, entraram em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação.

Em 26 de maio de 2015, por meio da Resolução Autorizativa 5.240, a Companhia foi autorizada a implantar reforços em suas instalações de transmissão, implantando o segundo banco de autotransformadores em 500/230 kV - 3X250 MVA na SE Jauru, o qual entrou em operação em 03 de fevereiro de 2017.

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional--Continuação

TME -Transmissora Matogrossense de Energia--Continuação

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (a “Companhia” ou “TME”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

1.1. Impactos relacionados à COVID 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a pandemia relacionada ao Corona Vírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global. Em 11 de março de 2020 a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global.

A Companhia não identificou nenhum impacto relevante econômico-financeiro e contábil em suas demonstrações financeiras do exercício findo 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente não houve eventos até a data de emissão destas demonstrações financeiras, que alterasse essa situação.

1.2. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional—Continuação

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e concluíram que as mesmas traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 18 de abril de 2023.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

2.4. Determinação do valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não negociados em mercados ativos, a Companhia faz a avaliação por meio do uso de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Investimentos

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas.

Os investimentos da Companhia em sua coligada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. O ágio relativo às coligadas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio das coligadas, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada são eliminados em proporção à participação nas coligadas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil, e reconhece a perda na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre o controle conjunto sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros.

ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis-Continuação

ii) Estimativas e premissas--Continuação

b) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

c) *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

d) *Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Principais práticas contábeis

3.1. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

Correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro real anual.

Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, a Companhia avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

3.3. Provisão para perda do valor recuperável de ativos

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Para o ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, ele é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável.

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Provisão para perda do valor recuperável de ativos--Continuação

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)--Continuação

A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. A Companhia não identificou perdas a serem reconhecidas no exercício de 2022.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas no exercício apresentado.

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

O principal ativo financeiro reconhecido pela Companhia está representado por caixa e equivalentes de caixa.

O principal passivo financeiro reconhecido pela Companhia está representado por fornecedores.

3.5 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e não possui nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022

A Companhia avaliou os impactos e adotou a partir de 1º janeiro de 2022 das normas abaixo, concluindo que não houve impacto nas suas demonstrações financeiras.

- Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1), decorrentes das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:
 - IAS 37 - Contrato Oneroso - custos de cumprimentos de contrato;
 - CPC 27 - Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido;
 - CPC 15 (R1) - Referência à Estrutura conceitual.

3.7. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabíveis, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17 - Contratos de seguro;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).

A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor.

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2022	2021
Bancos conta movimento	10	17
Bancos aplicações financeiras	141	38
Total	151	55

As aplicações correspondem a fundos de investimento em renda fixa, sendo aplicações automáticas vinculadas a conta corrente e com liquidez diária. São consideradas instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remunerados, em média, a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Investimentos

A movimentação do investimento de 2022 e 2021 é conforme segue:

	Saldo em 31/12/2020	Distribuição de dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2021	Distribuição de dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022
TME - Transmissora Matogrossense de Energia	78.935	(16.263)	12.572	75.244	(13.450)	6.457	68.251

Companhia	Capita Social - Quantidade de ações ou quotas total	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Participação da Apollo 15			Dados das investidas			Resultado do exercício
			Patrimônio líquido	No capital social	No patrimônio líquido	Receita líquida	Ativo	Passivo	
31/12/2022	109.793.590	38.427.556	195.006	35%	35%	74.858	635.089	440.083	18.448
31/12/2021	109.793.590	38.427.556	214.985	35%	35%	84.795	620.177	405.192	35.920

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Investimentos--Continuação

Em 2022 e 2021 a coligada da Companhia deliberou sobre a distribuição de dividendos decorrente de saldos existentes na reserva de lucros a realizar, conforme atas detalhadas abaixo:

<u>Data da Ata</u>	<u>Valor</u>
Ata de 30/09/2022	9.991
Ata de 20/12/2022	3.459
Total 2022	13.450

Esses dividendos foram pagos durante o exercício de 2022 da seguinte forma; R\$9.991 em setembro de 2022, R\$3.459 em dezembro de 2022.

<u>Data da Ata</u>	<u>Valor</u>
Ata de 19/02/2021	7.000
Ata de 26/08/2021	4.900
Ata de 29/10/2021	1.750
Ata de 31/12/2021	2.613
Total 2021	16.263

Esses dividendos foram pagos durante o exercício de 2021 da seguinte forma; R\$3.377 em janeiro de 2021, R\$147 em março de 2021, R\$1.459 em março de 2021, R\$2.017 em junho de 2021, R\$4.900 em outubro de 2021, R\$1.750 em novembro de 2021, R\$2.100 em janeiro de 2022, ficando um saldo de R\$513 a receber no balanço em 31 de dezembro de 2022.

A movimentação dos saldos de dividendos a receber proveniente da coligada Transmissora Matogrossense de Energia S.A. está apresentado abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	2.613	5.394
Dividendos distribuídos	13.450	16.263
Dividendos recebidos	(15.550)	(19.044)
Total	513	2.613

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social autorizado e subscrito é de R\$54.656 dividido em 54.656.000 ações ordinárias nominativas (em 31 de dezembro de 2021: R\$64.506 dividido em 64.506.200 ações ordinárias nominativas) totalmente subscritas e integralizado pela única acionista da Companhia.

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Emissão e cancelamento de ações ordinárias

Em 28 de outubro de 2022, a acionista da Companhia deliberou pela redução do capital em R\$9.850 com o cancelamento de 9.850.000 ações ordinárias, mediante a restituição de capital ao acionista em moeda corrente do país.

<u>Descrição</u>	<u>Data</u>	<u>Ações</u>	<u>Capital social</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019		100.000	100.000
Redução de capital	31/07/2020	(23.580)	(23.580)
Cancelamento aumento de Capital	31/07/2020	(11.914)	(11.914)
Redução de capital	28/10/2022	(9.850)	(9.850)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		54.656	54.656

Natureza e propósito das reservas

i) *Reserva Legal e destinação do resultado*

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2022 foi constituída reserva legal no valor de R\$315 (em 2021 foi constituída reserva legal no valor de R\$550).

Destinações dos resultados

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 2% (dois por cento) do lucro líquido do exercício ajustado. Em 2021, a Administração distribuiu e pagou dividendos no valor de R\$14.040, sendo R\$6.102 referente a lucros de exercícios anteriores e R\$7.938 referente a dividendos intermediários do exercício de 2021.

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Patrimônio líquido--Continuação

Natureza e propósito das reservas--Continuação

i) *Reserva Legal e destinação do resultado--Continuação*

Destinações dos resultados--Continuação

Em 2022, a Administração distribuiu e pagou dividendos no valor de R\$5.450, sendo R\$2.510 referente a lucros de exercícios anteriores e R\$2.939 referente a dividendos intermediários do exercício de 2022. Constituição do dividendos mínimos obrigatórios de R\$61 e o adicional proposto de R\$2.989 a ser aprovado pela administração da Companhia na ata de assembleia geral ordinária (AGO) do exercício de 2022.

<u>Destinação de resultados</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	6.304	10.998
Constituição de reserva legal 5%	315	550
Lucro líquido do exercício ajustado	5.989	10.448
Dividendos intermediários	2.939	7.938
Dividendos mínimos obrigatórios 2%	61	-
Dividendos adicionais propostos (**)	2.989	-
Reserva de retenções de lucros (*)	-	2.510

(*) Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

(**) A ser aprovado pela administração da Companhia na ata de assembleia geral ordinária (AGO) do exercício de 2022.

Remuneração dos Administradores

Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de março de 2019, os membros do conselho de administração não são remunerados. A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para o exercício de 2022.

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Despesas administrativas e gerais

As despesas administrativas e gerais apresentaram os saldos conforme abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços de auditoria e consultoria	(128)	(21)
Serviços advocatícios	(4)	(16)
Serviços de publicações	(18)	(9)
Despesas com pessoal	-	(20)
Outras despesas operacionais	(3)	(49)
	<u>(153)</u>	<u>(115)</u>

8. Resultado financeiro

Os resultados financeiros apresentados foram conforme descritos abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4	6
	<u>4</u>	<u>6</u>
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias e juros	(4)	(6)
Despesas com fianças (*)	-	(1.459)
	<u>(4)</u>	<u>(1.465)</u>
	<u>-</u>	<u>(1.459)</u>

(*) Valor referente ao custo de fiança sobre as Notas Promissórias captadas pela investida TME no montante de R\$200.000, com pagamento através da cessão de dividendos da Apollo 15 para a Alupar, conforme acordo de acionista.

9. Tributos Diferidos

Em 2019 foi apurado o montante de R\$8.903 de tributos diferidos decorrentes da aquisição de participação acionária de 35% das ações da coligada da Companhia.

Impostos diferidos sobre diferenças temporárias: ganho na aquisição de investimentos	28.857
Prejuízo fiscal de IR e base negativa	(2.671)
Base de cálculo	<u>26.186</u>
Alíquota	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	<u>8.903</u>

(*) Esses tributos diferidos foram originados, por meio da aquisição da coligada TME, e será realizado quando a Companhia alienar os referidos investimentos nesta coligada.

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas

A Companhia não possuía riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas avaliados como perda provável ou possível, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como até a data da autorização da emissão destas demonstrações financeiras.

11. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

	31/12/2022		31/12/2021		Classificação	Nível
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<u>Ativos financeiros</u>						
Equivalentes de caixa	141	141	38	38	Valor justo por meio do resultado	2
<u>Passivos financeiros</u>						
Fornecedores	1	1	1	1	Custo amortizado	-

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de *Compliance* da Perfin.

Os principais fatores de risco inerentes à Companhia podem ser assim identificados:

Gestão de Riscos

i) *Riscos de crédito*

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

ii) *Riscos de liquidez*

Risco de liquidez é a possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do Fluxo de Caixa é responsabilidade da Administração da Companhia.

iii) *Risco de taxa de juros*

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil de fevereiro de 2022, de onde foi extraída a projeção dos

Apollo 15 Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos--Continuação

Gestão de Riscos--Continuação

iii) *Risco de taxa de juros*--Continuação

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras--Continuação

indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2022 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Aplicações financeiras (em milhares de R\$)	Indexador	% do Indexador	Posição em 31/12/2022	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				13,7500%	6,8750%	10,3125%	17,1875%	20,6250%
Aplicações financeiras	CDI	100%	141	19	10	15	24	29
Total			141	19	10	15	24	29